## COMISSÃO MISTA DESTINADA A EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.028, DE 2021

## SUBEMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO № , DE 2021

(Medida Provisória nº 1.028, de 2021)

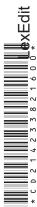
Estabelece normas para facilitação de acesso a crédito e mitigação dos impactos econômicos decorrentes da pandemia da covid-19.

## O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Até 31 de dezembro de 2021, as instituições financeiras privadas e públicas, inclusive as suas subsidiárias, ficam dispensadas, quando aplicável, de observar, nas contratações e renegociações de operações de crédito realizadas diretamente ou por meio de agentes financeiros, as seguintes disposições:

- I o § 1º do art. 362 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- II o inciso IV do § 1º do art. 7º da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 Código Eleitoral;
  - III o art. 62 do Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967;
- IV as alíneas "b" e "c" do caput do art. 27 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;
- V a alínea "a" do inciso I do caput do art. 47 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
  - VI o art. 10 da Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994;
  - VII o art. 1º da Lei nº 9.012, de 30 de março de 1995;





§ 1º A dispensa de que trata o caput não afasta a aplicação do disposto no § 3º do art. 195 da Constituição, que se dará por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

§ 2º Até 31 de dezembro de 2021, as instituições financeiras privadas e públicas, inclusive as suas subsidiárias, ficam obrigadas a encaminhar à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, trimestralmente, na forma regulamentada em ato dos referidos órgãos, a relação das contratações e renegociações de operações de crédito que envolvam recursos públicos realizadas diretamente ou por meio de agentes financeiros, com a indicação, no mínimo, dos beneficiários, dos valores e dos prazos envolvidos.

Art. 2º Até 31 de dezembro de 2021, nas operações de crédito que envolvam recursos públicos, deverá ser dado tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, enquadradas no art. 3º da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, às cooperativas com faturamento anual de até R\$ 4.800.000,00, e aos setores mais atingidos pela pandemia da covid-19, conforme regulamento a ser editado pelo Poder Executivo.

Art. 3º Até 31 de dezembro de 2021, nas operações de crédito que envolvam recursos públicos, deverá ser dado tratamento diferenciado a aposentados e pensionistas, cabendo ao Poder Executivo regulamentar o disposto neste artigo.

Art. 4º Ficam revogados:

I – o inciso III do caput do art. 10 da Lei nº 8.870, 15 de abril de 1994; e

II - o art. 1.463 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Sala das Sessões, em de de 2021.

## Deputado Ricardo Silva Relator

